

A preservação do indígena em sua economia e em seus valores culturais

A restauração das forças da vida, nas terras e na gente do Brasil, impõe-se-nos como um problema imediato e urgente.

Torres, Alberto. *As Fontes da Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, 1915.

I — CRISE DA NATUREZA E EXTERMÍNIO DO INDÍGENA

Há mais de cinquenta anos, Alberto Torres, pensador autêntico, analisava em profundidade o problema da terra e do ajustamento do homem à natureza brasileira.

E chamava a atenção de seus contemporâneos, preocupados com sutilezas gramaticais e filigranas de estilo, para "os dois aspectos radicais da soma de crises que perturbam a vida dêste país: a crise da natureza e a crise do trabalho".

Hoje, a advertência tem maior cabimento. Tantos anos passaram e as mesmas crises continuam a afligir-nos.

Crise da natureza — agravada pela devastação incessante dos recursos naturais, o abandono das áreas antes cultivadas e a falta de conservação do solo e do seu revestimento florístico protetor.

Crise do trabalho — acirrada, também, em cinco decênios, sem embargo do surto da industrialização, em pleno “arranco”, mas prejudicada pela carência da mão-de-obra qualificada e pela fraca produtividade da que se forjou sem treinamento adequado.

Em seu encadeamento, revelam essas crises: “... a realidade pungente de um país nôvo que chegou a esta fase crítica da História sem haver nada construído e tendo estragado a sua terra...”

Alberto Torres denunciava isto em 1915⁽¹⁾.

Não obstante o grito de alarme do pensador fluminense, ano após ano, governo após governo, tem prosseguido a destruição implacável de nossas reservas naturais. Nada a detém.

Aqui e ali outras vozes se levantaram. Mas em vão.

Técnicos do Serviço Florestal incumbiram-se de demonstrar, com base em acurados levantamentos realizados até 1959:

- 1.º) “que se destroem, anualmente no País, mais de 30.000 quilômetros quadrados. No inquérito florestal procedido em 1911⁽²⁾, a superfície arbórea ainda atingia aproximadamente 5 milhões de quilômetros quadrados. Em 1937, havíamos reduzido essa área a cerca de 3 milhões e setecentos mil quilômetros quadrados. Devastamos em 36 anos, portanto, 1.300.000 quilômetros quadrados. Destruímos, assim, nesse período, tanto quanto a sétima parte do território nacional, ou cerca de 24%”⁽²⁾.
- 2.º) “que, em virtude do consumo exagerado de combustíveis vegetais, juntamente com o progresso da indústria madeireira e da siderurgia nacional”⁽³⁾ — emparelhados ao desenvolvimento da industrialização posterior ao aviso candente de Alberto Torres — ocorreu todo um “cor-tejo fúnebre de grandes conseqüências”: “a perda do solo útil, a redução do volume dos mananciais, as modificações dos microclimas, etc.”⁽⁴⁾.
- 3.º) que, em decorrência do desmatamento desordenado, “a vida humana se torna difícil ou quase impossível”, ao mesmo tempo que se dá a “destruição da vida animal, a poluição das águas, a inutilização das bacias dos rios e lagos, o desaparecimento das madeiras de lei, o ressecamento dos solos, e o empobrecimento geral da terra”⁽⁵⁾.

Economistas experimentados confirmaram, apenas, as assertivas do Grupo de Trabalho, constituído por técnicos do Ministério da Agricultura e de entidades particulares, de que se tornara, em 1959, inadiável uma política florestal no Brasil, porquanto:

- 1.º) “o indiscriminado assalto que vêm sofrendo as matas brasileiras significa fator de empobrecimento para o País, de assustadora feição atuarial para o futuro”;
- 2.º) “A madeira é, eminentemente, material estratégico de suma importância, paralela à do petróleo, do carvão e dos metais nucleares. Suas reservas não devem, conseqüentemente, ser malbaratadas em benefício do aparelhamento bélico de outros”.
- 3.º) “Milhões de hectares que hoje suportam precariamente o gado e a lavoura em virtude de sua baixa rentabilidade, menor que em regiões semelhantes de qualquer parte do mundo, não têm sentido econômico. Grande porção desses terrenos foi impròpriamente tomada de superfícies florestais, pradarias, faixas acidentadas ao máximo e assim impróprias a fins para os quais não tinham indicação” (6).

Inesperada confirmação dessas assertivas veio nos anos posteriores a 1959, por parte de indiscretos homens de imprensa e até de modestos motoristas de caminhão, os quais, de passagem pela recém-inaugurada rodovia Belém-Brasília, revelaram:

- 1.º) que a abertura da rodovia ensejou a consumação do assalto a densas formações de “espécies de alto valor econômico”, cuja freqüência por unidade de área — tal como nas terras situadas entre os Rios Xingu e Tocantins (segundo o inventário florestal publicado pela FAO, em 1957) — espantou os compradores alienígenas do mogno e de várias essências apreciadas nos centros requintados da América do Norte e da Europa (7);
- 2.º) que, possivelmente por êsse interêsse justificável — quer do ponto-de-vista estético, quer da rentabilidade da exploração madeireira — suscitaram-se vivas controvérsias em tórno da propriedade das terras que serviam de suporte às espécies e às essências de maior valor econômico;
- 3.º) que essas controvérsias provocaram o loteamento rápido de extensas áreas antes consideradas devolutas ou prestáveis, apenas, depois da abertura de clareiras, para os cultivos tradicionais dos caboclos e indígenas nelas instalados tradicionalmente;
- 4.º) que, a seguir, recomeçava o ciclo do desmatamento total, da destruição da vida animal, da poluição das águas, da redução do volume dos mananciais, do ressecamento do solo e da impossibilidade da sobrevivência humana naquelas paragens.

Ao lado das indiscutíveis vantagens que trouxe à integração de regiões outrora afastadas pelos imensos desertos florestais — porque, também, na luta pela ocupação do solo, as florestas se opõem às invasões humanas, quando não dispõem estas dos recursos que a alta tecnologia moderna colocou nas mãos do homem desavisado ou, mesmo, o recurso elementar da “queimada” já utilizado pelo indígena — a abertura da Belém-Brasília repercutiu, destrutivamente, na cobertura florística que se estendia em todo o seu percurso.

Na Região Sul, administradores de âmbito municipal, mas de atilado senso financeiro, atentaram desde logo com a presa fácil representada pelas concentrações de araucárias que até então ornamentavam a paisagem dos Estados do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Adotadas, num ímpeto frenético, as providências legais adequadas para a distribuição das terras (mediante decretos), sacrificaram-se hectares sem conta de “inúteis” pinhais: tanto que só obtiveram o preço de NCr\$ 0,01 (ou dez mil réis antigos) por unidade abatida.

Essa *mise-en-valeur*, à outrance, produziu efeitos inesperados:

- 1.º) Tantos pinheiros se abateram que, por fim, o custo do transporte e saturação do mercado consumidor próximo não mais justificavam a limpeza do terreno;
- 2.º) na ânsia do desbravamento rápido do Norte do Paraná, imensas extensões da mata subtropical foram destruídas, provocando a fuga da fauna local, que buscou abrigo na Serra dos Dourados, onde jaziam esquecidos os índios Xetá;
- 3.º) ao que parece, os Xetá viveram à larga durante algum tempo, para entrar depois, com a destruição, também inconsiderada, dos remanescentes daquela fauna, em regime de completa miserabilidade;
- 4.º) assim os encontraram os pioneiros da obra devastadora, que completaram o desbaratamento dos laços tribais dos Xetá, dispersando-os aos quatro ventos.

O trucidamento dos pinhais e da mata subtropical paranaense, juntamente à falta de previsibilidade por parte dos Xetá, trouxeram duas outras conseqüências:

- 1.º) os silvicultores e técnicos em economia florestal, alarmados com a magnitude do desastre, lembraram que se os pinhais tivessem sido abatidos, observando-se o devido replantio, com a adoção das “medidas fundamentais”⁽⁸⁾ por eles recomendadas em 1959, a exploração possível

amenizaria o choque provocado na opinião pública pelo loteamento daquelas preciosas glebas até então inaproveitadas;

- a — afinal a floresta, como qualquer valor em potencial, não representa riqueza efetiva;
- b — “Há, contudo a diferença de que as florestas submetidas a tratamento adequado são capazes de se renovarem indefinidamente, suportando uma contínua e satisfatória exploração” (9) .

2.º) que a tragédia anônima dos Xetá refletia, em reduzida escala, com a perda da base ecológica da subsistência, a tragédia dos demais grupos indígenas — “condenados à civilização” — e tão bem descrita, em termos realísticos, pelos etnólogos brasileiros: Eduardo Galvão (10), Darcy Ribeiro (11), Roberto Cardoso de Oliveira (12), Roberto da Matta (13), Roque Laraia (14) e outros empenhados na análise da situação de contacto e de fricção inter-étnica dos remanescentes índios com a fronteira econômica e cultural móvel, vinda do Ocidente.

A tarefa ingrata desses etnólogos e antropólogos sociais não está sendo, ao que parece, devidamente apreciada pelos poderes públicos.

O noticiário dos jornais, as reportagens coloridas das revistas, o rádio, a televisão e outros veículos de comunicação coletiva se incumbem de divulgar, cotidianamente, a inanidade — evidente, para uns, aparente, para outros — dos ingentes esforços dos etnólogos brasileiros.

Mas os nossos indígenas, ainda sobreviventes representam um patrimônio não só nacional, como da própria Humanidade. Sempre foi essa, aliás, a posição de Rondon.

A defesa da infra-estrutura impõe-se-nos hoje, em 1967, com maior dramaticidade e urgência que em 1915, quando clamou, em vão, Alberto Torres. Meio século perdido, na época da maior revolução tecnológica e da incorporação das massas ao processo global do desenvolvimento, num ritmo crescente e irrefreável!

Os técnicos de planejamento e os economistas de profissão começam agora a dar-se conta de que o desajuste setorial em geral e, sobretudo, nos sistemas de abastecimento e de transportes, resulta dos problemas da infra-estrutura, negligenciados por governos incapazes.

E tempo, portanto, de reagir.

II — O INDÍGENA — PESSOA HUMANA E RECURSO A INTEGRAR NA ECONOMIA E NA SOCIEDADE BRASILEIRA

E a economia nacional? E os interesses superiores da economia internacional, num mundo cada vez mais interligado pelas relações de produção e de crescente “consumo em massa”⁽¹⁵⁾, que tendem a soldar os “espaços econômicos heterogêneos”⁽¹⁶⁾, com a integração das “regiões homogêneas” e a criação de “pólos de desenvolvimento”?

1.º) Com fortes probabilidades de acerto, afirma-se que:

— num mundo em constante mudança, cuja economia se torna cada vez mais interdependente, não é mais possível a sobrevivência de sistemas econômicos fechados, em qualquer nível de desenvolvimento.

2.º) Os diferentes sistemas de organização da economia indígena terão de integrar-se, mais cedo ou mais tarde, no sistema de economia nacional, como êste no internacional⁽¹⁷⁾.

— Portanto, o planejamento integrado dos espaços econômicos — heterogêneos e homogêneos — é a tarefa que se impõe aos economistas profissionais que, muito provavelmente, se beneficiarão do concurso de seus colegas etnólogos, afeitos às coisas dos índios.

— Não se pode impor ao indígena, em nível de consciência tribal ou comunitária, regime de trabalho estranho aos seus métodos tradicionais de obter os recursos indispensáveis à subsistência, dentro da própria ergologia e utilizando a sua tecnologia.

— Extremo cuidado deve ser tomado na introdução de instrumentos de trabalho ou elementos da cultura da sociedade nacional brasileira, sob pena de alterações profundas nas culturas indígenas, de conseqüências imprevisíveis.

3.º) Acresce que o patrimônio indígena, constituído principalmente de *terras*, está garantido pelo art. 4, IV da Constituição Federal (1969) e, por conseguinte, é inalienável.

— A disposição da Lei Magna brasileira encontra respaldo no art. 11, da Parte B — Terras, da Convenção de Genebra (1957), que diz literalmente:

— “O direito de propriedade, coletivo ou individual, será reconhecido aos *membros das populações interessadas sobre as terras que ocupem tradicionalmente*” (19).

— O indígena não pode, nem deve ser identificado com o campesinato vizinho, que não é proprietário das terras.

4.º) Interessa à sociedade nacional envolvente a integração do indígena.

— É forçoso reconhecer, todavia, que na economia e no mundo dos valores próprios do indígena, não deve a sociedade colocada em situação de superioridade de técnica e de organização econômica e política, impor ao indígena os ideais e métodos de exploração e de regime de trabalho.

— Ao contrário: as condições de existência do indígena tornam recomendável extrema cautela no trato das coisas de sua cultura, de tal modo que, pôsto em contacto com “o mundo dos brancos” (20), possa tirar o máximo de proveito das contribuições da sociedade inclusiva, sem que perca, na medida do possível, a sua identidade étnica.

5.º) A preservação — tanto quanto possível — da identidade étnica do indígena deve ser orientada por órgãos assistenciais providos de técnicos capacitados.

— A preservação não significa, por certo, insulamento. Mas a consciência de que êle — o indígena — existe, num mundo que é seu, cercado de um mundo maior, do qual poderá retirar recursos e meios de satisfazer suas necessidades de vida, tornando-a mais rica, mais saudável e menos batida pelas dificuldades — e, ainda, a consciência de que êsse mundo maior não lhe é, necessariamente, adverso.

- A preservação não significa, tampouco, a incorporação do indígena ao sistema tradicional da economia regional brasileira. A incorporação — inevitável e desejável — será aquela que se processe num sistema econômico planejado de modo integrado, com o fim de proporcionar-lhe, também, um desenvolvimento próprio.
- O colonialismo interno não é mais possível nos moldes da exploração tradicional, para a manutenção da estrutura obsoleta.

6.º) Assim:

- 1.º) Se à economia indígena faltam, ao que indicam os estudos etnológicos, tanto os incentivos peculiares à economia capitalista, como o sistema de organização por esta elaborado em séculos de experiência;
- 2.º) não parece prudente investir maciçamente recursos nessa economia indígena, em que o capital não gera, necessariamente, nôvo capital.
- 3.º) Isto porque, se falta ao indígena tódta a estruturação que alicerça a economia da sociedade política e tecnològicamente dominante, não se pode perder de vista que planejar para esta sociedade não é o mesmo que planejar para aquêle indígena, cujo direito próprio à sobrevivência deve ser respeitado.

7.º) Em conclusão:

- Numa sociedade plural, como a brasileira — que tende, em seu desenvolvimento, à integração crescente, no plano político como no econômico — não mais se pode admitir a compressão das comunidades indígenas, nos modos de ser e de exprimir as suas características peculiares, pela estrutura de poder instalada na sociedade nacional dominante.

Tendo em vista a explanação feita, recomenda-se:

- 1.º) Impedir, por todos os meios, a destruição dos recursos naturais, que integram a infra-estrutura das sociedades tribais brasileiras;

- 2º) Reorganizar as comunidades indígenas, partindo de sua economia própria e de seus valores culturais, auxiliando-as, nesse trabalho, com tudo quanto possa ser aproveitado da sociedade nacional, de modo que seja facilitado aquêlê desenvolvimento próprio, sem que tal ajuda venha a desnaturar o caráter próprio de cada cultura nativa.

Recomenda-se, por fim, que seja pôsto à prova, em comunidades escolhidas por antropólogos e educadores, mediante critérios em comum, o programa experimental de organização e de desenvolvimento das comunidades indígenas, elaborado, em 1967, por Maria Pellegrini e um grupo de auxiliares, dentro do extinto Conselho Nacional de Proteção aos Índios, num dos esforços mais sérios que já se fizeram, neste País, para levar, efetivamente, aos indígenas os benefícios que, por uma seleção criteriosa, a sociedade nacional pode dar-lhes.

JOSÉ BONIFÁCIO RODRIGUES

1 No opúsculo de Torres, Alberto. *As Fontes da Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, 1915, era lançada a política de imediata defesa da infra-estrutura, como condição básica para a reforma da "Organização Nacional". Em seu entendimento, constituíam ambas as chaves para a solução do magno "Problema Nacional Brasileiro".

Mas os políticos profissionais, os economistas e os burocratas da época nem se aperceberam da advertência.

A *Belle-Époque* expirava, com o término da 1.ª Guerra Mundial. O ciclo da borracha se encerrava na Amazônia, deixando, com os vestígios da grandeza "que poderia ter sido — e não foi", uma enorme frustração no País inteiro: e a sangria na mata. A 2.ª Guerra Mundial reacenderia a esperança do reerguimento da região amazônica; esperança desde logo abafada, ante a impossibilidade de luta de uma economia extrativista e primitiva contra a alta tecnologia das potências litigantes. A borracha sintética eliminaria o sonho da redenção do produto natural. Mas a devastação dos recursos naturais continuaria. Aceleradamente. Os geógrafos do Conselho Nacional de Geografia denunciavam que: "Está em fase de ampliação a área anecumênica das fronteiras". E, ainda: "A crise sócio-econômica por que passa hoje a Amazônia traduz sua grande transformação — de uma economia de coleta para uma economia agropecuária". O que significa que a destruição da infra-estrutura prossegue.

É de notar que o indígena já era — e é — um fator destrutivo da natureza. O nambiquara manteve, contudo, o equilíbrio ecológico num meio difícil — a Chapada dos Parecis. Quando, porém, a sua cultura pouco aparelhada ergológica e tecnicamente — foge por meio de bastões; caça e coleta, com esforço extraordinário, devido à pobreza da fauna e à flora escassa, com alguns bosques de palmeiras e a mangaba — substituiu o rudimentar machado de pedra pelo de aço, obtido dos intrusos naquela área do Chapadão Matogrossense, rompeu-se o equilíbrio. O nambiquara viu-se, então, a braços com uma crise na natureza, que não podia debelar. E, assim, com a perda da base de subsistência (que se reproduzia naturalmente, sob o ataque da tecnologia originária) e com a criação de novos laços de dependência dos "brancos" (detentores dos machados e dos facões de aço, muito mais eficazes na obtenção dos alimentos), caminhou o nambiquara rapidamente para a extinção.

Atacados, assim, quer pelo indígena, cuja cultura e despreparo técnico não representavam ameaça tão temível à sua extinção, quer pelo branco, cujo poder ofensivo se opera em muito maior amplitude, os recursos naturais brasileiros seriam de entrar, mesmo, em rápido perecimento.

2 Azambuja, David. *Novas Diretrizes da Política Florestal Brasileira*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço Florestal, 1959. p. 3.

3 Ibid.

4 Ibid.

5 Ibid., p. 4.

6 Azambuja, David e outros. *Medidas Fundamentais para o Equacionamento do Problema Florestal Brasileiro*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço Florestal, 1959. p. 12, 16.

7 Os técnicos do Serviço Florestal propuseram uma série de medidas fundamentais para a proteção e a preservação dos recursos florísticos brasileiros, com aplicação direta à economia. Uma das medidas propostas em 1959 — a Escola de Florestas — ainda aguarda execução. Enquanto isto, os incêndios devastam os remanescentes da grande faixa das "Matas Costeiras", em Capitão Feliciano (Minas Gerais) e dos pinhais do Paraná, segundo o noticiário recente (1967).

8 Na sua qualidade de naturalista, sócio das Academias Reais das Ciências de Estocolmo e de Lisboa, da Sociedade dos Investigadores da Natureza de Berlim, da Sociedade de Mineralogia de Iena, da Sociedade Geológica de Londres, da Werneriana de Edimburgo, da Sociedade de História Natural de Paris, etc., Silva, José Bonifácio de Andrada e. *Memória sobre a Necessidade e Utilidades do Plantio de Novos Bosques em Portugal, particularmente de pinhais nos areais de beira-mar; seu método de sementeira, costeamento e administração*. Lisboa, Tip. da Academia Real das Ciências, 1825, recomendava ao governo português o replantio no próprio Reino. O curioso é que seus conselhos não seriam seguidos nem lá nem cá. O replantio tem sido, na última década, o porta-estandarte de sucessivos programas do Ministério da Agricultura. Programas, é bem de ver, jamais cumpridos.

9 Memorando da FAO aos países participantes da Conferência Latino-Americana de Florestas e Produtos Florestais, realizada em Teresópolis, em 1948.

10 Galvão, Eduardo. *Encontro de Sociedade Tribal e Nacional*. Apresentação do Governador Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1966. O ensaio fôra antes submetido ao exame do XXXV Congresso Internacional de Americanistas, realizado no México e publicado in *Actas y Memorias* daquela reunião, México, 1962. Anteriormente, Eduardo Galvão abordara o problema, relatando seus trabalhos de campo, nas publicações: Id. Estudo sobre a Aculturação dos Grupos Indígenas do Brasil. *Revista de Antropologia*. São Paulo, 5 (1) 1957. — Id. Aculturação

Índigena no Rio Negro. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém (7) 1959.

"Entre a cidade de Manaus e as malocas do alto Rio Negro, vive uma sociedade cabocla, mestiça de índios e brancos. As comunidades tribais que no século XVII ocupavam toda a extensão do rio foram, em grande parte, dizimadas ou absorvidas pelos colonizadores. Os remanescentes de várias tribos, antes numerosas, somam hoje pouco mais de três mil índios, localizados em sua maioria nos Rios Içana e Uaupés, ou para o interior das margens do Negro, a montante do Rio Branco. Essa população indígena, pela convivência e pela mesclagem com o colono, imprimiu sua marca na moderna sociedade cabocla.

"Os materiais usados pela população rural, não indígena, na habitação, em que predominam a palha de ubim, caraná ou inajá, a paxiúba, os amarrilhos de envira e cipós; as redes de dormir, de fabricação caseira, usando o algodão e o tucum; os utensílios domésticos como o pilão, as cabaças e cuias, o ralador de mandioca, o tipiti para espremer a massa, as peneiras e os balaios; os aturás e jamaxins para o transporte às costas de cargas; as armadilhas de caça e de pesca; as técnicas de roça e plantas de cultivo, com predomínio da mandioca; os hábitos de alimentação na base de beiju, e de farinha de mandioca, o peixe moqueado, o piracuí ou farinha de peixe, o tucupi, a quinhampira, o arubé, o juquitaia, bebidas fermentadas como o caxiri; festas e danças do dabucuri e jurupari; crenças nos maiúas, seres "encantados", o tratamento das doenças pelos mutauari-sára e pajés, são parte da herança tribal, sempre avivada pelos índios que continuam a descer das malocas para os sítios.

"Pouco se fala o português no Rio Negro. Além dos vários dialetos indígenas, principalmente de procedência aruak (Baniwa) ou tukana (Betoya), domina como língua dos caboclos e índios descidos ou que vivem em contacto permanente com aqueles, o "geral", uma forma adaptada das falas tupi-guaranis, gramatizada pelos missionários e difundida por estes e pelos colonos nos primeiros tempos da ocupação portuguesa. Comum em toda a Amazônia, o "geral" foi gradualmente substituído pelo português, permanecendo até o presente apenas em áreas isoladas como a do Rio Negro".

"Essa é uma região de fronteira, não no sentido de confinar com repúblicas vizinhas, mas no de significar uma área onde ainda se processa um encontro de culturas, a indígena e nacional, e a emergência de uma nova sociedade mestiça e campesina".

Dêsse encontro de culturas, a indígena e a nacional, e a emergência de uma nova sociedade mestiça e campesina (no Rio Negro), vem resultando a diluição das grandes tribos *Baniwa*, de língua aruak, no Içana; e *Tukano*, de língua Betoya, no Uaupés, expostos à situação de contacto permanente com os missionários, regatões e seringalistas, que apressam a destribalização e o esfacelamento do mundo tribal. Extinto os *Warikena*, antiga tribo e língua, isolados no Rio Xié, em via de extinção provavelmente, pelo contágio, pela contaminação, e pela corrupção — os grupos frouxamente identificados como *Makús* (Waiká, Waribos, e Karautari, arredios e de contatos esporádicos e recentes com a população cabocla, os missionários e agentes do SPI; o mesmo destino parece reservado aos *Kamãs* (Makús), que buscam trabalho na sede municipal de Uaupés "para a compra de roupas, fumo, sal e cachaça". Galvão, op. cit., p. 12-3.

Nessa área cultural norte-amazônica, do Alto Rio Negro, a aculturação intertribal foi intensa, como reconheceram Koch-Grunberg e Curt Nimuendaju, confirmada por Galvão. A subida dos colonizadores pelo Rio Negro, desde o século XVIII, submetendo os grupos tribais aculturados, ao contato permanente, gerou, afinal, a sociedade cabocla atual, com toda a gama de transições. Cf. Áreas Culturais no Brasil, 1900-1959. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém (8), 1960.

11 Ribeiro, Darcy. Convívio e Contaminação. *Sociologia*. São Paulo, 8 (1): 3-50, mar. 1956 examina, com objetividade inexcelsível, os "efeitos dissociativos da despopulação provocada por Epidemias em grupos indígenas". Nêle mostra, com exuberância de dados, as destruições causadas pelos vírus e demais agentes morbígenos veiculados pelos brancos nos seus contatos, intermitentes ou contínuos, com os indígenas.

"Os *Kaisgang* paulistas foram reduzidos à metade pela gripe epidêmica." "Houve mesmo um grupo, o do *Congue-Hui*, que foi totalmente aniquilado, no curto espaço de alguns dias". "Os *XOKLENG* de Santa Catarina... têm sido dos mais sacrificados por epidemias de gripe, de sarampo e de malária que os atacavam"; "uma epidemia de coqueluche alastrou-se por quase todos os bandos em 1918... matando muitos".

A mortalidade infantil é a responsável pelas graves distorções que apresenta a pirâmide demográfica de numerosos grupos que Darcy Ribeiro estudou diretamente, como os *Kadiueu* (sul de Mato Grosso) e os *Urubús* (1954). Outros pesquisadores — Ranke, Wagley, Galvão, Biocca e Baldus — confirmaram o fato entre os *Kuikuro*, *Karajá*, *Tenetebara*, *Canelas*, *Parintintin* e *Boróro*.

Mas a letalidade entre os adultos sempre foi e prossegue muito elevada entre os *Nanbikuara*, "cuja população original segundo C. Levy-Strauss orçou em 10.000 e hoje dificilmente alcançam os 1.000". Ocorreu o mesmo com os *Munduruku*, e os *Kaiapó* (Gorotire).

De Darcy Ribeiro contam-se ainda os magníficos trabalhos de campo — "Religião e Mitologia *Kadiuéu*" e "A Arte dos Índios *Kadiuéu*" — assim como os ensaios de conjunto a respeito da situação de contato e integração: "Línguas e Culturas Indígenas do Brasil" (1957) e sobre "A Política Indigenista Brasileira" (1962).

Ainda como apreciável contribuição, acrescente-se, do mestre da moderna geração de antropólogos deste país, Baldus, Herbert. Métodos e Resultados da Ação Indigenista no Brasil. *Revista de Antropologia*. São Paulo, 10 (1, 2) 1962.

12 Leia-se, em especial, Oliveira, Roberto Cardoso de. Matrimônio e Solidariedade Tribal *Terêna*. *Revista de Antropologia*. São Paulo, 7 (1, 2) 1959. Dessa análise estrutural, passou o autor à pesquisa das relações interétnicas e dos mecanismos sócio-culturais da aculturação e mobilidade do mesmo grupo, em contato permanente com a sociedade nacional envolvente, no livro: *O Processo de Assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1960. Anteriormente, preocupara-se com o contato intertribal de *Karajá* e *Tapirapé*, em publicação no *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém (3) jul., 1959.

Todos êsses trabalhos serviram de base ao vasto programa de pesquisa da fricção interétnica em que se empenhou, desde então, Roberto Cardoso de Oliveira com a sua equipe do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Vide projeto: Estudo de Áreas de Fricção Interétnica no Brasil. *América Latina*. Rio de Janeiro, 5 (3): 85-90, 1962.

13 Matta, Roberto da, além de co-autor com Laraia, Roque de Barros. *Índios e Castanheiros*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, vem preparando, com persistência e sólida base teórica, um estudo monográfico sobre os *Apinajé*.

14 Laraia, Roque de Barros. A Fricção Interétnica no Médio Tocantins. *América Latina*. Rio de Janeiro, 8 (2) abr./jun., 1965, na qualidade de antropólogo do Museu Nacional, examina, como colaborador de Roberto Cardoso de Oliveira, as várias frentes de contato e de fricção interétnica entre os remanescentes dos grupos indígenas e a sociedade cabocla e nacional.

15 Rostow, W. W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961, especialmente no capítulo "A Era do Consumo em Massa", p. 104-28.

16 Boudeville, Jacques R. *Les Espaces Économiques*. Paris, Presses Universitaires de France, 1961, em particular para os exemplos que toma ao Brasil quanto a "regiões homogêneas" (com mapa, à p. 22) e à bacia do S. Francisco (com mapa, à p. 106), no tocante à necessidade de criação de pólos de desenvolvimento regional.

17 Robbins, Lionel. *La Planificación Económica y el Orden Internacional*. Buenos Aires, Ed. Sudamericana, s.d.

18 O Brasil é signatário da Convenção de Genebra e, por conseguinte, deverá respeitar rigorosamente o que nela foi disposto.

19 Oliveira, Roberto Cardoso de. *O Índio e o Mundo dos Brancos*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.

20 Gonzalez Casanova, Pablo. *Sociedad Plural, Colonialismo y Desarrollo. América Latina*. Rio de Janeiro, 6 (3): 15-32, jul./set., 1963. Casanova tem desenvolvido essa noção nova e fecunda de Antropologia, aplicando-a ao caso do México, mas que se revela igualmente extensível ao caso do Brasil. O colonialismo interno representa o ponto-de-vista das classes dominantes, na estrutura tradicional, interessadas em manter as distâncias que as separam dos indígenas, caboclos e demais grupos dominados.

21 Não somente das comunidades indígenas, como também da personalidade do indígena. Conforta, por isso, ouvir de um psicanalista atual expressões como esta: "O decisivo, hoje em dia, é que a pessoa humana prevaleça e se afirme contra as gigantescas forças de alienação que querem fazer dela um anacronismo desprezível". Pellegrino, Hélio. *O Pão e o Vinho do Pobre. Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29 out. 1967.